

ILUSTRÍSSIMO SR PREGOEIRO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

São Paulo, 28 de abril de 2025.

REF. Pregão Eletrônico nº 90011/2024

Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **COMERCIAL MABRUK LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 74.659.186/0001-21, com sede na Rua Alberto Nepomuceno, nº 68, Vila D Pedro I, na cidade de São Paulo – SP, CEP 04270-030, neste ato representada por sua representante legal PAULO SERGIO BUSSI, vem, mui respeitosamente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da desclassificação promovida no âmbito do presente certame, com fulcro no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

1. Preliminarmente

A Recorrente interpõe este recurso dentro do prazo legal, tempestivamente, conforme o artigo 165, inciso I, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de recorrer da desclassificação da mesma.

Art. 165. Das decisões administrativas proferidas no âmbito das licitações e contratos cabe:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da intimação ou lavratura da ata, em face de:

[...]

e) julgamento das propostas;

O presente recurso tem como objetivo impugnar a decisão que culminou na desclassificação da Recorrente, por entender que a medida foi irregular e contrária aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, em especial aos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade e do julgamento objetivo, previstos nos artigos 5º, inciso II, e 37, caput, da Constituição Federal.

O direito da Recorrente de participar do certame encontra respaldo tanto no instrumento convocatório quanto na legislação aplicável.

Dessa forma, o recurso preenche todos os requisitos legais de admissibilidade, sendo devido seu processamento e acolhimento para a reconsideração da decisão que culminou na desclassificação da Recorrente.

2. Dos Fatos.

O Pregão Eletrônico nº 90011/2024 tem como objeto o Registro de Preço Nacional para futura e eventual aquisição de equipamentos de cozinha, destinados aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Entidades Executoras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A Recorrente participou do certame concorrendo nos itens 15 e 30, descritos a seguir:

- **Item 15:** Multi processador de alimento, 4.539 unidades, destinados às regiões CENTRO-OESTE, SUDESTE e SUL;
- **Item 30:** Multi processador de alimento, 6.929 unidades, destinados às regiões NORTE e NORDESTE.

Durante a fase de disputa, a Recorrente apresentou propostas altamente competitivas, com preços vantajosos, sendo suas ofertas qualificadas e posicionadas entre as melhores da disputa, em plena conformidade com as exigências editalícias.

Encerrada a etapa de lances e consolidada a classificação provisória, a Recorrente foi considerada habilitada no item 15, tendo sido deferida sua qualificação econômico-financeira e técnica, o que demonstra inequívoca aptidão para o fornecimento dos produtos licitados.

No entanto, posteriormente, foi desclassificada sob o argumento de suposta inadequação técnica do produto ofertado, fato que em nada se relaciona com a documentação de habilitação da empresa.

Relativamente ao item 30, a Recorrente foi inabilitada sob alegações que não resistem à análise criteriosa da documentação apresentada e da legislação pertinente, **pois a empresa atendeu integralmente às exigências de habilitação**, especialmente no que se refere à sua situação fiscal e regularidade jurídica.

Importante destacar que a Recorrente se encontra em Recuperação Judicial, situação regularmente deferida pelo Poder Judiciário, **e amparada por decisão liminar que dispensa a apresentação de certidões negativas, nos termos dos artigos 52, inciso II, e 69 da Lei nº 11.101/2005, bem como do §3º do artigo 195 da Constituição Federal.**

Vale pontuar que todas as certidões fiscais foram devidamente apresentadas, sendo substituída apenas a certidão conjunta da Receita Federal pela referida decisão judicial de dispensa.

Cumpre ainda salientar que o Edital do certame não estabeleceu qualquer restrição à participação de empresas em Recuperação Judicial, tampouco exigiu a apresentação de documentos especiais como o Plano de Recuperação Judicial homologado, **não podendo a Administração Pública criar exigências além daquelas previstas expressamente no instrumento convocatório, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao edital.**

Ademais, mesmo em situação de recuperação judicial, a Recorrente manteve e mantém diversos contratos administrativos vigentes e regulares com entes públicos, sem qualquer histórico de inadimplemento ou descumprimento de obrigações contratuais, destacando-se, por exemplo, os contratos com a Prefeitura do Rio de Janeiro, que, juntos, ultrapassam o valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), o que evidencia a plena capacidade econômico-financeira e operacional da empresa. (pregão 90544/2024-uasg 986001, Ata 0365/2025)

Diante de todo o exposto, verifica-se que a participação da Recorrente no certame ocorreu de forma legítima e em conformidade com todas as normas legais e editalícias aplicáveis, de modo que a sua inabilitação no item 30 se revela indevida, carecendo de reparo imediato, para a preservação da isonomia, da ampla competitividade e do interesse público na seleção da proposta mais vantajosa.

3. DO DIREITO

I. Do Direito à Participação de Empresa em Recuperação Judicial

Importante destacar que, no curso do certame, a Recorrente teve sua proposta expressamente aceita no Item 15 do julgamento, ocasião em que foi analisada toda a documentação exigida, sem qualquer apontamento quanto à sua capacidade técnica, regularidade jurídica **ou eventual situação de recuperação judicial.**

A empresa DANFESSI MOVEIS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA tornou-se a licitante mais bem classificada nos itens 4, 5, 19, 20 e 30.

A empresa COMERCIAL MABRUK LTDA tornou-se a licitante mais bem classificada no item 15.

Diante disso, conforme já informado, convoco a empresa DANFESSI MOVEIS, MAQUINAS E

Sistema	10/03/2025 às 11:13:52	por meio do link (https://copametal.ind.br/produto/16/multiprocessadorde-alimentos) e de diálogo telefônico e via aplicativo de mensagens instantâneas, com uma funcionária da área comercial da fabricante na mesma data, bem como a consulta a documentos técnicos enviados pela mesma funcionária da fabricante, incluindo o catálogo e o manual....
Sistema	10/03/2025 às 11:14:10todos a serem devidamente publicados no portal de compras do FNDE....
Sistema	10/03/2025 às 11:14:19	...foi verificado que o disco de rotação do MPA-30 atinge apenas 380 RPM de rotação máxima, fato que contradiz o próprio conteúdo do Manual (alterado pós-diligência) fornecido pela DANFESSI, que atesta que o equipamento, supostamente, atingiria os 440 RPM exigidos por meio do CIT.
Sistema	10/03/2025 às 11:14:30	O mesmo se aplica à licitante COMERCIAL MABRUK LTDA, reprovada no item 15.
Sistema	10/03/2025 às 11:15:03	Diante disso, procederei a desclassificação das mencionadas empresas nos referidos itens e convocarei a empresa seguinte, na ordem de classificação de cada item
Sistema	10/03/2025 às 11:42:39	Srs, após a desclassificação das empresas reprovadas no Controle de Qualidade, o item 15 deverá retornar à etapa fechada de disputa, uma vez que todas as empresas que participaram inicialmente da etapa fechada foram desclassificadas.
Sistema	10/03/2025 às 11:43:01	Assim, a sessão será reaberta amanhã, dia 11/03, às 15h, para reinício da disputa fechada do item 15.
Sistema	10/03/2025 às 11:43:32	Com relação aos itens 1, 6, 12, 16, 21, 27 e 30, as empresas mais bem classificadas e seus respectivos itens passam a ser as seguintes:

Contudo, de forma contraditória e injustificada, no Item 30, a Recorrente foi inabilitada sob alegações a alegação de estar em fase de recuperação judicial sem plano homologado pelo juízo.

Ocorre que não houve qualquer alteração na documentação apresentada durante o processo, não havendo fato novo que justificasse mudança no entendimento da Administração.

Se a Recorrente foi habilitada para o item 15, é evidente que não poderia, com base nos mesmos documentos, ser posteriormente inabilitada no item 30.

Tal inconsistência configura grave afronta aos princípios constitucionais e legais que regem os procedimentos licitatórios, em especial os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da boa-fé, da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Não se pode admitir que a Administração jogue contra o próprio interesse público, inabilitando quem melhor atende ao edital, com base em fundamentos frágeis e desconexos, contrariando a boa técnica, o bom senso e a lei.

Além disso, conforme será amplamente demonstrado, **a legislação vigente não impede a participação de empresas em recuperação judicial em processos licitatórios, impondo apenas o cumprimento de requisitos objetivos de habilitação, todos devidamente atendidos pela Recorrente no presente caso.**

09/04/2025 às 14:04:10	Fornecedor COMERCIAL MABRUK LTDA, CNPJ 74.659.186/0001-21 finalizou o envio de anexo.
15/04/2025 às 10:13:05	Fornecedor COMERCIAL MABRUK LTDA, CNPJ 74.659.186/0001-21 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:14:00 do dia 15/04/2025. Justificativa: PAr envio de comprovante de aprovação do plano de recuperação judicial.
15/04/2025 às 14:27:13	Fornecedor COMERCIAL MABRUK LTDA, CNPJ 74.659.186/0001-21 foi inabilitado. Motivo: Empresa não atendeu aos requisitos de habilitação estabelecidos no TR.

(Chat do Pregão)

Cumpre destacar, inicialmente, que o Edital que rege a licitação não vedava a participação de empresas em recuperação judicial, tampouco exigia a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial.

O edital também não requer a apresentação do documento exigido pelo Pregoeiro de “Plano de Recuperação Homologado”, razão

pela qual a ausência de previsão no edital e na lei, impede a imposição de tal requisito durante o andamento do certame.

À luz do princípio do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública está estritamente vinculada às regras estabelecidas no edital, não podendo exigir condições ou documentos não previstos expressamente.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

[...]

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

Ademais, no tocante ao direito das empresas em recuperação judicial de participarem de licitações públicas, a legislação é clara.

A Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências) assegura que a empresa em recuperação judicial mantém o exercício de suas atividades empresariais, justamente para viabilizar a superação da crise econômico-financeira, objetivo central do instituto da recuperação judicial.

Complementarmente, o art. 14, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), exige apenas que a empresa demonstre sua qualificação econômico-financeira mediante apresentação de balanço patrimonial e índices contábeis compatíveis

com o objeto da contratação, não havendo exigência legal de comprovação de inexistência de recuperação judicial.

Quanto à doutrina, ensina Marçal Justen Filho que:

*"A recuperação judicial não configura, por si só, causa de inabilitação do licitante. **A existência do processo de recuperação indica uma dificuldade, mas não a incapacidade da empresa de cumprir obrigações futuras.** Exigir a não submissão à recuperação judicial como condição de participação em licitação seria incompatível com o tratamento favorecido assegurado pela Lei nº 11.101/2005 às empresas em dificuldades transitórias." (in "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.) (GRIFOS NOSSOS)*

A jurisprudência também é pacífica no reconhecimento do direito da empresa em recuperação judicial de participar de certames licitatórios. O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 2265/2020 – Plenário, firmou o entendimento de que:


"A simples existência de processo de recuperação judicial não impede a participação da empresa em licitação, cabendo à Administração apenas diligenciar para verificar se o plano de recuperação foi aprovado judicialmente, demonstrando, assim, a viabilidade econômico-financeira da empresa."

Ainda nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Recurso Especial nº 1.826.299 – CE, concluiu que:

"A recuperação judicial visa à preservação da empresa e dos empregos, bem como à manutenção da fonte produtora, não se confundindo com falência. Assim, a empresa em recuperação, que demonstra viabilidade, pode participar de licitações públicas."

No caso concreto, a Recorrente, mesmo em processo de recuperação, demonstrou tempestivamente o deferimento do

processamento da recuperação judicial e apresentou documentação que evidenciava sua regularidade para participar do certame.



SICAF
Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores

Cadastro

Consulta

Segurança


Utilitários

Compras.gov.br

Sair

Nível III – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Situação do Fornecedor	DUNS®	
74.659.186/0001-21	COMERCIAL MABRUK LTDA	MABRUK	Credenciado	90*****02	
Data de Vencimento do Cadastro		Situação do Nível III			
14/07/2025		Cadastrado			

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante

☐ Certidão ☒ Decisão Judicial

Data de Validade

12/10/2025

Arquivo Comprobatório

DOWNLOAD

EXCLUIR

Informações da Decisão Judicial

Processo nº 1155906-20.2024.8.26.0100 - Liminar que dispensa de apresentação de certidões negativas, parag. 3º do art.195 da Constituição Federal e nos arts. 52, e 69, da Lei 11.101/05.

(Print do sistema SICAF com a decisão judicial)

O processo de Recuperação Judicial corre no TJSP sob n. 1155906-20.2024.8.26.0100 e pode ser objeto de consulta. A decisão liminar que deferiu a RJ também determinou de maneira inconteste que NÃO HÁ QUALQUER IMPEDIMENTO PARA A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DA EMPRESA MESMO NAS LICITAÇÕES (íntegra em anexo):

8. Por fim, diante dos argumentos e dos documentos trazidos pela Recuperanda, **DEFIRO** o pedido liminar esposado às fls. 245/248 dispensando a Recuperanda da apresentação de certidões negativas para que exerça suas atividades, observado o disposto no §3º do art. 195 da Constituição Federal e nos arts. 52, II, e 69, da Lei 11.101/05. Int.

(Decisão do pedido de Recuperação Judicial)

É imprescindível lembrar que a ausência de vedação no edital e o fato de a empresa estar com suas certidões fiscais e trabalhistas regulares afastam qualquer óbice jurídico à sua habilitação, sob pena de violação dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e do julgamento objetivo.

Assim, a desclassificação da Recorrente configura-se como ato ilegal, motivo pelo qual requer-se a sua imediata reabilitação no certame para o item 30.

O deferimento do processamento da recuperação judicial, devidamente comprovado nos autos, somado à regularidade documental da empresa, corrobora sua plena capacidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica para contratar com a Administração Pública.

A Recorrente por meio de diligência explicou e enviou a liminar

Prezados (as) bom dia!

Referente a diligência queremos ressaltar novamente de ter e demonstrar liminar em juízo justamente para a empresa continuar a exercer suas atividades inclusive em não apresentar as certidões negativa de débitos federais e nenhuma outra.

Os tramites da recuperação judicial estão correndo dentro dos prazos estipulado pelo poder judiciário e sendo cumprido a risco por nossas empresa.

Não cabendo questionamentos e impedimento neste momento.

Estamos assinando contratos de valores expressivos e quantidades nos últimos meses e renovando Atas anteriores da recuperação judicial normalmente os quais se necessário podemos comprovar

no intuito de que ficasse clara a fase de Recuperação Judicial:

É importante ressaltar que a Recorrente se encontra devidamente regularizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), conforme demonstrado abaixo:



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	74.659.186/0001-21	DUNS®:	90****02
Razão Social:	COMERCIAL MABRUK LTDA		
Nome Fantasia:	MABRUK		
Situação do Fornecedor:	Credenciado		

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Não há qualquer restrição que impeça a participação da empresa no presente certame, sendo plenamente habilitada para competir. O **SICAF** atesta a idoneidade e a regularidade fiscal da empresa, o que refuta qualquer alegação de inabilitação por questões cadastrais.

A ausência de restrições no SICAF comprova que a Recorrente preenche todos os requisitos legais e regulatórios exigidos para a participação na licitação, reforçando a legalidade e a legitimidade de sua proposta.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ:	74.659.186/0001-21	DUNS®:	90*****02
Razão Social:	COMERCIAL MABRUK LTDA		
Nome Fantasia:	MABRUK		
Situação do Fornecedor:	Credenciado		

Dados do Nível

Situação do Nível:	Não cadastrado
--------------------	----------------

Nenhum registro de Qualificação Técnica encontrado para o fornecedor.

Nesse contexto, a desclassificação da Recorrente consubstancia-se em ato administrativo eivado de vício de legalidade, caracterizando desvio de finalidade e afronta direta ao regime jurídico das licitações públicas. Assim, requer-se o pronto reconhecimento da nulidade do ato de desclassificação, com a consequente reabilitação imediata da

Recorrente no certame, assegurando-se o respeito às normas legais e aos princípios que norteiam a Administração Pública.

II. Da Vinculação ao Instrumento Convocatório

O princípio da vinculação ao edital, insculpido no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, impõe à Administração Pública a obrigatoriedade de obedecer fielmente às condições estabelecidas no instrumento convocatório, desde a abertura da licitação até a assinatura do contrato.

Essa regra visa garantir a segurança jurídica, a previsibilidade, a transparência e a isonomia entre os participantes, assegurando que o procedimento licitatório seja norteado por critérios objetivos previamente definidos.

O art. 5º da lei dispõe sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual deve prever todas as condições permitidas para participar do certame, sob pena de nulidade.

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.*

No caso em análise, observa-se que o Edital que rege o presente certame, não previu em nenhum de seus dispositivos a vedação à participação de empresas em recuperação judicial, tampouco

estipulou como requisito de habilitação a apresentação de Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente.

Pelo contrário, o edital limitou-se a elencar as condições gerais de habilitação, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, exigindo, de forma genérica, comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, **sem qualquer menção específica ou ressalva quanto ao estado de recuperação judicial das licitantes.**

Entretanto, mesmo sem previsão editalícia específica, a Administração Pública procedeu à inabilitação da ora Recorrente, sob o fundamento de que a empresa se encontra em processo de recuperação judicial e, por conseguinte, deveria ter apresentado o respectivo Plano de Recuperação homologado como prova de sua viabilidade econômica e financeira.

Tal atitude configura violação frontal ao princípio da vinculação ao edital, pois a Administração não pode exigir, no curso do procedimento, requisitos não previstos expressamente no instrumento convocatório, tampouco pode inovar na interpretação das condições de habilitação para justificar a eliminação de participantes. Como bem ensina a doutrina:

"As exigências que limitam o caráter competitivo da licitação devem constar expressamente do edital, sob pena de ilegalidade. A ausência de previsão implica vedação à sua exigência posterior." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 63).

Ao impor à Recorrente um requisito inexistente, ou seja, a apresentação de um plano de recuperação judicial homologado e ao considerar, como critério de inabilitação, o mero fato de estar em

processo de recuperação judicial, a Administração Pública não apenas extrapolou os limites do edital, mas também comprometeu os princípios da publicidade, do julgamento objetivo e da isonomia.

Isso porque:

- Publicidade e Transparência: a ausência de previsão clara no edital impede que os licitantes saibam, de antemão, todos os requisitos necessários à sua habilitação, frustrando a ampla publicidade do certame;
- Isonomia: ao criar exigência não prevista, a Administração promove o tratamento desigual entre os concorrentes;
- Julgamento Objetivo: a avaliação da habilitação deve se pautar exclusivamente pelos critérios objetivos previstos no edital, sendo vedada qualquer subjetividade ou inovação interpretativa no curso do procedimento;
- Seleção da Proposta Mais Vantajosa: a eliminação indevida de concorrentes aptos pode comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica nesse sentido, conforme demonstra o seguinte precedente:

"É ilegal a exclusão de licitante por motivo não constante do edital, em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório." (Acórdão TCU nº 2.741/2021, Plenário).

Ainda, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.287.688/RS, reafirmou:

"A obscuridade e a ausência de critérios claros em editais de licitação configuram violação aos princípios

da legalidade e da publicidade, ensejando a nulidade do processo licitatório."

No caso em tela, a Recorrente atendeu a todas as exigências editalícias, apresentando toda a documentação necessária e mantendo sua regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira, conforme os parâmetros exigidos pelo edital. **O fato de se encontrar em recuperação judicial, por si só, não compromete sua capacidade de contratar com o poder público**, ainda mais quando não houve exigência expressa nesse sentido no edital.

Portanto, a decisão de desclassificação/inabilitação da Recorrente, fundada em requisito não previsto expressamente no instrumento convocatório, deve ser declarada nula, com a consequente reintegração da empresa ao certame, em estrita obediência aos princípios da vinculação ao edital, da legalidade, da isonomia, da publicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

III. Da Seleção da Proposta Mais Vantajosa

A ampla competitividade é um dos princípios mais fundamentais do processo licitatório, conforme estabelece o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, já mencionado neste documento.

Este princípio visa garantir que o processo licitatório seja realizado de maneira aberta, permitindo a participação do maior número possível de concorrentes qualificados. A desclassificação de licitantes sem justificção clara compromete a competitividade do certame, o que se reflete diretamente na escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

No caso da Recorrente, sua proposta não apenas atendeu a todos os requisitos do edital, como também **se destacou pela**

apresentação de valores altamente competitivos, o que representa uma vantagem econômica concreta para os cofres públicos.

O valor proposto pela Recorrente foi significativamente menor do que as demais propostas, o que, se aceito, geraria uma economia substancial para a Administração, possibilitando a destinação de recursos para outras necessidades igualmente essenciais do órgão público.

Caso a proposta tivesse sido aceita, os recursos economizados poderiam ser aplicados em outras áreas cruciais, maximizando a eficiência no uso do orçamento público.

É importante ressaltar que a desclassificação da Recorrente gerou impacto negativo direto sobre o interesse público. O afastamento da empresa do certame, sem fundamento legal e em descompasso com o edital, não apenas fere o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, mas também compromete os objetivos da licitação.

Ao excluir uma proposta que está em consonância com os requisitos editalícios, a Administração perdeu a oportunidade de obter o melhor preço, afetando a eficiência na gestão pública.

Além disso, a desclassificação da Recorrente também vai contra os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, conforme jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que já se manifestou de forma clara sobre os perigos do excesso de formalismo.

Em um cenário onde a proposta da Recorrente foi claramente vantajosa, a exclusão injustificada da empresa representa uma decisão desproporcional e contrária ao interesse público, conforme elucidado nos seguintes precedentes:

"O apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário." (TCU, Acórdão nº 004809/1999-8).

"A administração não poderia prescindir do menor preço, apresentado pela empresa vencedora, por mera questão formal, considerando que a exigência editalícia foi cumprida." (TCU, Acórdão nº 019.264/2009-7).

Como destacado por Marçal Justen Filho, o formalismo excessivo não deve ser usado como justificativa para decisões que prejudiquem a eficiência pública, já que:

"Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 1998).

O valor total da proposta apresentada pela Recorrente foi de R\$25.637.300,00, o que representa uma economia significativa quando comparado às propostas de seus concorrentes.

Proposta da Recorrente:

Unitário: R\$ 3.700,00

Total: R\$ 25.637.300,00

Proposta do 2º Colocado - Cantares:

Unitário: R\$ 4.480,00

Total: R\$ 31.041.920,00

A proposta da Recorrente é **R\$ 5.500.000,00 mais barata** do que a proposta do segundo colocado, Cantares, representando uma economia substancial para os cofres públicos.

Considerando que a proposta da Recorrente apresenta o menor valor total, R\$ 5.500.000,00 mais baixo do que a proposta do segundo colocado, é evidente que sua desclassificação resulta em um prejuízo direto ao erário.

A proposta da Recorrente está de acordo com as exigências do edital e oferece a melhor relação custo-benefício, o que não pode ser ignorado em um processo licitatório que visa maximizar a utilização de recursos públicos.

A proposta da Recorrente oferecer R\$ 5.500.000,00 a menos, representa uma clara vantagem para o erário e, portanto, deve ser reclassificada e aceita, garantindo a continuidade do processo licitatório e a execução mais eficiente dos recursos públicos.

4. Pedidos

Diante do exposto, requer, preliminarmente, que o presente recurso seja conhecido por ser tempestivo e, no mérito, seja integralmente provido para anular a decisão que inabilitou a Recorrente no item 30, reconhecendo a regularidade da sua habilitação, a adequação técnica de seu produto e a inexistência de impedimento legal à sua participação no certame, com a consequente classificação de sua proposta como vencedora, em respeito aos princípios da legalidade, competitividade, economicidade e interesse público.

Termos em que,

Pede deferimento.

Cordialmente,

COMERCIAL MABRUK LTDA

Paulo Sergio Bussi
(Representante legal)